

“PAZ ENTRE NÓS, GUERRA AOS SENHORES”: AS INTENTONAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DA *ALLIANÇA ANARQUISTA* E O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO EM SÃO PAULO DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

Kauan Willian dos Santos¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo investigar e analisar os condicionamentos para a criação da *Alliança Anarquista* em São Paulo bem como seu programa, propostas e sua inserção dentro do movimento anarquista, do sindicalismo revolucionário e do movimento operário na cidade. Revelado numa pesquisa atual como uma das primeiras tentativas de organização política-ideológica do anarquismo no país em detrimento da organização de massas (sindicalismo revolucionário) que já foi comumente abordado em inúmeras pesquisas, almejamos também tecer relações desse projeto com as influências transnacionais do anarquismo no período dentro de suas propostas internacionalistas. Outro objetivo, no interior desse primeiro, é (re)debater as transformações do movimento anarquista e do sindicalismo revolucionário durante o período da Primeira Guerra Mundial e suas consequências sociais e econômicas, tais como o empobrecimento da população e a carestia de vida.

Palavras-Chave: Anarquismo. Sindicalismo Revolucionário. Anti-imperialismo. Organização política -anarquismo. Movimento Operário – Primeira República.

Abstract: This article aims to investigate and analyze the creation of *Alliança Anarchista* in São Paulo, its program and their integration within the anarchist movement, the revolutionary syndicalism and the labor movement in the city. Revealed in a current research as one of the first attempts of political-ideological organization of anarchism in the country at the expense of the mass organization (revolutionary syndicalism) that has been commonly discussed in numerous studies, we aim to also weave relations of this project with transnational influences anarchism in the period within its internationalist proposals. Another objective, within that first is (re) discuss the transformation of the anarchist movement and of revolutionary syndicalism during the First World War and its social and economic consequences such as the impoverishment of the population and the high cost of living.

Keywords: Anarchism. Revolutionary Syndicalism. Anti-imperialism. Politic Organization -anarchism. Worker Movement - First Republic.

¹ Membro do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) e mestrando em História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Introdução: A inserção do movimento anarquista no movimento operário na cidade de São Paulo e suas estratégias.

No início do século XX, em São Paulo, um dos polos tanto industriais quanto agrícolas do Brasil que somava trabalhadores ex-escravizados e imigrantes pobres, era visível a inserção do movimento anarquista na própria construção da classe trabalhadora e subalterna que usava essa ideologia para sua reclamação política e econômica.

Dentro do movimento libertário na cidade se conformou duas correntes de luta que, na verdade, refletiam posições das estratégias globais do anarquismo. Uma primeira estratégia que pode ser observada entre alguns desses militantes era muitas vezes chamada de *antiorganizacionista* (SAMIS, 2009, p.94-99). Os aderentes desse meio partilhavam a ideia do caráter reformista ou supostamente ilusório dos sindicatos que, ao se cristalizarem ou ao proporem ganhos materiais, emperrariam a insurreição efetiva e a quebra com o sistema econômico. Em resposta, criavam grupos de ativismo não orgânicos e esparsos, incentivavam paralisações nas fábricas e manifestações coletivas mas se esforçando em ligá-las sistematicamente com a quebra do sistema econômico e político. Essa estratégia estava em relação simbiótica com o grande número de imigrantes italianos e suas redes de sociabilidade étnicas que começavam a compor grande parte do trabalho agrícola e industrial. Portanto, não rompendo completamente com esses ideários, mas apresentando considerável inserção nos movimentos trabalhistas e subalternos, essa forma de luta circulava entre os ativistas redatores do difuso periódico *La Battaglia* que contou com personagens que formaram posteriormente os periódicos *La Barricata*, *Germinal*, *La propaganda Libertária* e o *Guerra Sociale*. Esse primeiro órgão começava a ser redigido em 1904, escrito em língua italiana, que chegou a oferecer uma tiragem de cinco mil exemplares, número surpreendente para qualquer jornal do período. O grupo em torno do jornal era composto por anarquistas de atuação incisiva, entre eles Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Gigi Damiani, Angelo Bandoni e Lucas Máscolo (BIONDI, 1994, p.70-77).

A estratégia e as táticas buscadas pelo grupo podem ter provido da primeira flexibilização da tradição anarquista, após o colapso da Primeira Internacional, nomeada como a tradição *insurrecionalista* do anarquismo, principalmente nas regiões onde os anarquistas encontraram pouco espaço de atuação nos ambientes classistas, seja por suas convicções e tradições locais ou pela falta de estrutura sindical. Esses ativistas constituíram o anarquismo em meio aos movimentos insurrecionais que usavam como tática principal a “propaganda pelo fato”, através da própria ação dos movimentos, acreditando que práticas de boicote ou o uso da violência ocasionariam uma

possível ação revolucionária. Para Schmidt e Van der Walt

esses defendiam a adoção generalizada de táticas de corrosão e ataque contínuo através da ação direta da classe trabalhadora. Embora essas táticas poderiam resultar em algumas reformas, este era meramente incidental: o verdadeiro objetivo era promover uma crescente revolta proletária contra as instituições existentes, resultando na expropriação violenta da classe dominante na revolução social violenta (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.129. Tradução nossa).

Além de suas práticas insurrecionais, um expoente importante na justificação teórica do ideário antissindicalista dos aderentes dessa estratégia foi Luigi Galleani, ativista que transitou na Itália e EUA, no fim do século XIX e começo do XX, que afirmava:

Esse é o seu negócio: as reformas permanecem - e devem permanecer - uma preocupação e uma função da classe dominante, não dos anarquistas, nem dos socialistas ou, se estão sinceramente convencidos de que a expropriação da classe dominante é uma inevitável condição de sua emancipação econômica. Consequentemente, os anarquistas acreditam que ao invés de curto alcance e conquistas ineficazes, as táticas de corrosão e ataque contínuo devem ser prioritários, que a demanda de greves de caráter abertamente revolucionário mais do que a redução de horário ou de aumentos de salários irrisórios; que procura, ao contrário, a experiência de uma solidariedade mais ampla e uma consciência cada vez mais profunda, como uma condição indispensável para a realização da greve econômico geral de um comércio geral, de todos os comércios, a fim de obter, por meio do uso inevitável da força e da violência, a rendição incondicional das classes dominantes (GALLEANI, 1982, p.24. Tradução nossa).

Semelhantes discursos podem ser encontrados no jornal *El Perseguido* na Argentina em 1890, e no Brasil, sob o *La Battaglia* a partir de 1904 (BIONDI, 1998). O difuso jornal *La Barricata* de 1912, continuação do último jornal referido, reafirmou sua posição:

O sindicalismo nada tem de comum com o anarquismo, ou melhor, tem demais: o caráter efetivo de ação do sindicalismo é a negação do anarquismo. [...] O partidão sindicalista é uma vasta armadilha em que foram colocados os princípios fundamentais do socialismo e da anarquia para enjaular o elemento proletário e lança-lo em seguida à gloriosa conquista do sagrado aumento de dois vinténs para o dia de trabalho (Sindicalismo e Anarchismo. *La Barricata*, 16/03/1913. Tradução nossa).

Essa estratégia foi debatida e tensionada pela posição majoritária, em nível global, entre os anarquistas, que justamente visavam à introdução de sua ideologia no interior dos ambientes de associação dos trabalhadores. A estratégia de *massas* internacionalmente ou, no Brasil, a *organizacionista*, levada adiante no início do desenvolvimento da cultura política foi também fortemente impulsionada no século XX, acompanhando e alimentando o avanço das entidades sindicais no mundo. Esses ativistas acreditavam que a nova sociedade se construiria através das lutas e conquistas dos movimentos com suporte popular e social (CORREIA, 2011, p.52-53). Devemos notar que esses anarquistas sempre consideraram as ações e movimentos insurrecionais e

revolucionários como instrumentos necessários para a transformação social. Schmidt e Van der Walt notam que a diferença entre as duas concepções

não é necessariamente a violência em si, mas o lugar em sua estratégia: para o anarquismo insurrecionalista, a propaganda pelo fato, levada por anarquistas conscientes, é vista como meio de gerar um movimento de massas; para maior parte do anarquismo de massas, a violência opera como um meio de autodefesa de um movimento de massas existente (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.20. Tradução nossa).

Em São Paulo, esse método cresceu em torno do grupo *O Amigo do Povo* que tinha como redatores Edgard Leuenroth, Neno Vasco e Benjamin Mota também participantes de importantes grupos dessa vertente como em *A Terra Livre*, *A Lanterna* e *A Plebe* (SAMIS, 2009, p.89-92). Tais personagens tentavam inflamar movimentos de caráter revolucionário, mas consideravam ganhos de curto alcance nas lutas e conflitos econômicos e sociais, exercitando a atividade de associação, elementos necessários, na concepção desses personagens, para a obtenção da sociedade anarquista. Esse tom pode ser percebido também nas falas do anarquista ucraniano Nestor Makhno, assíduo militante nas primeiras décadas do século XX no leste europeu:

Libertamo-nos, na prática, de tal verborreia inconsequente, tão nociva à nossa causa, e pensamos exclusivamente em conduzir a luta até a vitória completa. No entanto, esta exige do anarquismo revolucionário, que gostaria de ocupar conscientemente seu lugar e desempenhar sua tarefa ativa nas revoluções contemporâneas, tensões imensas de caráter organizacional, tanto na formação de suas fileiras quanto na definição de seu papel dinâmico quando dos primeiros dias da revolução, amiúde abordados às cegas pelas massas laboriosas (MAKHNO; SKIRDA; BERKMAN, 2001, p.39-40).

Ao contrário do que pensavam os adeptos da estratégia e das táticas *antiorganizacionistas* ou *insurrecionalistas*, era a participação dos anarquistas nos sindicatos e não sua fuga que barraria o reformismo nos ambientes operários. Os envolvidos com essa forma de luta mostravam que os problemas da não organização, que poderia desfragmentar os próprios movimentos sociais e associações, esses essenciais, nessa visão, para o alcance da revolução definitiva. Dessa forma, entendiam o ativismo anarquista ligado também aos ganhos trabalhistas econômicos de curto alcance. Malatesta, no início do século XX, também pontuava sua posição:

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal atitude reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governantes têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos se emancipar, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes do que os patrões. Ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e força para refletir sobre as coisas que os interessam; [...] Se não obtiverem êxito, serão levados a estudar as causas de seu fracasso [...] e compreenderão, enfim, que para vencer, segura e definitivamente, é preciso destruir o capitalismo. [...] Da luta

econômica deve-se passar à luta política, contra o governo (MALATESTA, 2008, p.71-72).

Os ativistas organizadores, tanto no mundo como nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram também inúmeras formas, visões e táticas sobre a atuação dentro dos sindicatos ou associações trabalhistas, inquirindo também sobre os limites dessa (CORRÊA, 2011). Um primeiro grupo entendia que a fusão do anarquismo e sindicalismo deveria ser ideológica e prática, esses almejavam criar sindicatos com princípios prévios libertários (*anarcossindicalismo*) que minariam, nessa visão, com melhor eficácia, a tentativa de reformismo dentro desses ambientes. Esse é o caso da Confederación Nacional del Trabajo (CNT) na Espanha, fundada em 1910, ou da experiência da Federación Obrera Regional Argentina (FORA) a partir de 1905, que usavam as posições declaradamente anarquistas como meio sindical primordial (MADRID in COLOMBO et al, 2004, p.44-45). No Brasil, João Crispim, na segunda década do século XX, defendia tal tática por meio de assíduos debates. Para ele:

O sindicalismo anarquista, precisamente por ser anarquista, trata de banir de seu seio todos os dogmas, todas as regulamentações, todos os egoísmos, e hierarquias entre as classes operárias, para que os sindicatos ou a ação operária, sejam, a par da resistência, a escola da aprendizagem, da liberdade e da solidariedade (CRISPIM, Modalidades do Sindicalismo, A Rebelião, 1/05/1914).

Outro caso foi a constituição do *dualismo organizacional* (CORRÊA, 2013, p.35), que reconstituiu, em parte, a tradição de atuação encabeçada pela Aliança da Democracia Socialista na Primeira Internacional. Esses militantes acreditavam que os trabalhadores deveriam se organizar através do sindicalismo revolucionário, um organismo de caráter especialmente econômico, no qual paulatinamente garantiriam direitos básicos para a vivência dos trabalhadores, estimulando a resistência classista e possivelmente também alguma consciência política de forma progressiva. A desvinculação explícita com o rótulo anarquista mostrava ser uma estratégia a fim de reunir todos os trabalhadores em causas comuns, almejando, em uma ótica encabeçada por ativistas como Mikhail Bakunin, ser essencial para a transformação da sociedade. Acreditando ser o sindicalismo apenas uma parte de seu trabalho, os defensores desse tipo de ativismo construíram grupos de militância estruturados, muitas vezes até nomeados como partidos ou alianças, que se voltariam para o norteio interno das propostas e táticas ideológicas a serem mobilizadas pelos seus membros no interior dessas associações, mas também de movimentos sociais e grupos de propaganda, figurando também, além dessa organização de classe para a resistência econômica, uma organização política e ideológica. Nos ambientes trabalhistas, potencializaram os debates e formas de atuação do

sindicalismo, a fim de nortear sua função revolucionária. Tal tática tomava formas e posições mais firmes nos debates entre Errico Malatesta e Pierre Monatte no Congresso de Amsterdã em 1907 (OLIVEIRA, 2009, p.67-68). Malatesta defendia que

Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se em fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude de sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de ideias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Frequentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater. Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação (MALATESTA, 2000, p.163-164).

Como evidenciando, para muitos anarquistas como Malatesta, o sindicato teria um destino reformista, e por mais que fosse necessário para garantir condições mínimas aos trabalhadores, necessitava de complementos para alimentar seu caráter insurreto como uma organização política anarquista.

Porém, a posição majoritária provinda da tradição anarquista, na prática, apostou sempre no desvinculo explícito entre anarquismo e sindicalismo, o sindicalismo revolucionário, porém desprovidos de uma organização política anarquista. Algumas interpretações e coligações militantes, como de Pierre Monatte afirmavam que “o sindicalismo se basta a si próprio” (SAMIS, 2009, p.136) e, por isso, não só tinham dificuldades em aderir uma luta política específica anarquista mas começaram a apostar propositalmente em uma luta essencialmente econômica. Alguns desses personagens acreditavam que o sindicalismo revolucionário e sua ação prática, através das greves, ou pela própria estrutura sindical, encabeçaria uma revolução e organizariam uma sociedade futura.

As práticas que acompanhavam tais grupos começavam a influenciar e acompanhar o próprio desenvolvimento do movimento operário na cidade de São Paulo e no Brasil. Muitos desses ativistas, mesmo divergindo, em seus discursos e algumas práticas, sobre a posição do sindicalismo e seus usos, atuavam, com suas respectivas posturas, em importantes organismos trabalhistas. Esse

caráter foi demonstrado na construção da Confederação Operária Brasileira (COB), iniciativa altercada no Primeiro Congresso Operário Nacional, principalmente pela experiência das associações sindicais do Rio de Janeiro, entre eles a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), herdeira da Federação Operária Regional (SAMIS, 2009, p.113-119). A COB, com limitações para se constituir nacionalmente, se esforçava para coordenar e ligar as associações trabalhistas de várias regiões do Brasil, como São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco e de diferentes orientações e funções, como as de ofício ou pluriprofissionais. Para a autora Edilene Toledo, a confederação “era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais e estaduais de sindicatos, sindicatos isolados em locais onde não existiam federações ou de indústrias e ofícios não federados. (TOLEDO, 2013, p.14)”

Estiveram presentes no congresso quarenta e três delegados e vinte e oito associações que apresentavam, no seu interior político, ativistas de orientações diversas, entre esses reformistas, socialistas e também muitos sindicalistas anarquistas. Representando São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, estavam presentes Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, João Crispim, Luigi Magrassi, Giulio Sorelli, Motta Assunção e outros, exercendo posições relevantes como organizadores (SAMIS, 2009, p.114). A confederação também, dessa maneira, estreitava as ligações de militantes no interior de famílias políticas, como os anarquistas de diversas regiões. Essa mesma sombra da atividade anarquista pairava sobre as publicações do jornal *A Voz do Trabalhador*, escolhido como porta-voz desse organismo.

Os *antiorganizacionistas* anarquistas, ainda céticos em relação às entidades pragmáticas, acompanharam as decisões e caminhos tomados, do contrário, não seria possível a formulação de duras críticas encontradas nas palavras de Oreste Ristori em *La Battaglia* sobre o referido congresso (ROMANI, 1998, p.15). Inconsequentemente, os aderentes dessa estratégia deixavam seus rastros, mesmo minoritários, e igualmente, absorviam práticas e intenções para sua bagagem militante. Como o historiador Carlo Romani nos mostra, nesse período, Ristori também participava da própria construção do movimento operário ao não se opor

sistematicamente às greves parciais enquanto forma de luta de uma ou mais categorias. Em muitos casos, além de abrir espaço a cada edição, para o acompanhamento dos movimentos grevistas em andamento, envolvia-se diretamente em sua articulação e difusão. O próprio Oreste viajou várias vezes ao interior, particularmente a Santos, entre maio e junho de 1907, participando ativamente da organização da greve geral pela jornada de oito horas (ROMANI, 1998, p.158).

Para os anarquistas essa resolução parecia encaixar perfeitamente em uma tendência levada

adiante e tencionada por diversos de seus pensadores e militantes no período. Não defendendo um vínculo explícito com a ideologia anarquista, a maioria dos ativistas presentes apostavam na ideia de um sindicato livre de conceitos partidários, com clara adesão à ação direta, autogestão e federalismo, muito parecida com as resoluções da CGT francesa. Tal posição, análoga a de Malatesta, como apontado, pode ser encontrada posteriormente no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907 .

Assim, a forte disseminação dos grupos anarquistas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, tem evidentes paralelos com a construção do movimento operário nestas cidades. Todavia, a necessidade constante para reconstruir ou impulsionar os órgãos de prioritária reclamação econômica, como os sindicatos, fizeram muitos dos anarquistas gastarem muitos dos seus esforços na dianteira desses ambientes, restando pouco espaço para o norteio interno de sua ideologia. Se levarmos em conta que “o anarquismo era somente uma das correntes de uma panorama político bastante variado (TOLEDO, 2007, p.62)”, no qual precisava flexibilizar táticas de ação para intercalar tanto suas demandas entre o gradiente ideológico dos trabalhadores nesse período quanto dar força às lutas de caráter econômica, essa era uma atitude necessária mas, ao mesmo tempo, bem arriscada. Dessa maneira, desde o começo do século, os anarquistas, ao escolherem a opção do sindicalismo revolucionário entre seus meios, contava com a disputa de outros grupos nos arredores dessa tática. Nesse caso, personagens de fileiras diversas como Alceste de Ambris, socialista mas intimamente relacionado no desenvolvimento do sindicalismo em São Paulo, Giulio Sorelli, anarquista que defendia pragmatismo da luta material autossuficiente nas páginas do periódico *Il Libertario* e Edmondo Rossoni, sindicalista que aderiria, mais tarde, também as ideias fascistas, evidenciavam como esse terreno se tornava, com o passar do tempo, bastante complexo.

Nesse caso, também, enquanto boa parte dos anarquistas, como era o caso de Errico Malatesta pregarem que a luta econômica apenas faria parte de uma das esferas de preocupação para os militantes que deveriam estar envolvidos com uma transformação social, moral e consequentemente política, muitos dos outros aderentes do sindicalismo revolucionário supervalorizavam a primeira, vinculando a “autonomia operária à ação [estritamente] sindical (SAMIS, 2004, p.31).” Esse caráter, para Alexandre Samis, garantiu um lugar privilegiado ao anarquismo na construção do movimento operário em várias regiões do Brasil. Embora concordando também que o anarquismo foi apenas uma das orientações políticas entre os trabalhadores, nesse período, o autor sustenta que seus representantes no geral, quando não ancorados nas redes móveis e *antiorganizacionistas*, apostaram incisivamente na militância de caráter sindicalista, o “vetor social”, construindo ou

potencializando de maneira considerável tais órgãos de resistência, fato que pode ser evidenciado no andamento dos três primeiros congressos operários no país, nos quais os libertários tiveram extrema ligação (SAMIS, 2004, p.125-181). No entanto, essa íntima relação poderia mostrar claros desgastes, uma vez que não eram os únicos nessa empreitada. Nesse sentido, diferente dos socialistas, por exemplo, que usavam suas referências do Partido Socialista Italiano para nortear algumas de suas propostas, alguns “anarquistas haviam entendido a ação diurna nos sindicatos como a única e principal tarefa do militante. (SAMIS, 2009b, p.47)”

Evidentemente, os próprios militantes já percebiam com astúcia essa problemática e apresentavam propostas. Entre os anos de 1913 e 1915, Neno Vasco e João Crispim realizavam um caloroso debate por meio de colunas do periódico *A Voz do Trabalhador*. João Crispim defendia que exatamente esse desvínculo era perigoso porque não combateria com eficácia as ideologias contrárias às demandas classistas que adentravam no movimento operário. Para ele, o *anarcossindicalismo* não forçaria alguém a se tornar previamente um aspirante dos ideais libertários, mas mostraria uma inclinação favorável às liberdades coletivas e individuais, pois “quando se ocultam as tendências, obedecendo a uma tática, a do silêncio, e ainda mais a da negação [...] cai-se num confucionismo lamentável, confucionismo e negação que favorecem as correntes contrária à emancipação dos trabalhadores (CRISPIM, Modalidades do sindicalismo, *A Rebelião*, 1/05/1914).” Mas, de acordo com Neno Vasco, não existiria nenhum tipo de negação, desde que os anarquistas dentro do sindicalismo revolucionário agissem como uma “minoridade atuante e propulsora (VASCO, Os anarquistas no movimento operário, *A Voz do Trabalhador*, 1915)” organizados internamente tanto para favorecer os ganhos imediatos quanto para radicalizar esses atos, transformando em possíveis ocasiões revolucionárias.

Conquanto, se esse caráter emperrava um desenvolvimento ideológico local sendo sacrificado para o funcionamento do movimento operário em si, ambas as discussões e experiências pelo menos eram reverberadas em suas redes transnacionais possibilitavam fios de continuidade ou de aprendizado com outros pontos da América do Sul ou do continente europeu. A COB, por exemplo, utilizava a influência de projetos exteriores, como a CGT na França e a Confederação Geral do Trabalho na Itália, não obstante, com a língua de seu contexto e demandas particulares, criava outras performances e propostas específicas, que abriam discussões sobre o andamento do movimento operário em âmbito global, inclusive com conexões, por exemplo, na Argentina e Portugal, onde as estratégias do sindicalismo revolucionário também se faziam presentes. Sobre esse último caso, Neno Vasco, nesse intuito, ao retornar para as regiões lusitanas a partir de 1911,

encaminhava as perdas e ganhos do movimento em que participou no Brasil, afirmando que

Agora, os fatos devem forçar a CGT a fazer-se , sem se tornar confessional ou sectária, seja animada pelo espírito de liberdade e autonomia e se inspire nos verdadeiros interesses gerais do proletariado. Se tal fizer, como é bem provável, terá em torno as organizações sindicalistas da Inglaterra, da Itália, da Espanha, de Portugal, da América do Norte e de toda a América do Sul, belo reservatório de energias futuras (VASCO, “De porta da Europa: Uma nova Internacional”. *A Lanterna*, 3/10/1914).

Dessa vez o militante não estava se referindo à tentativa de inserção de partidos dentro dos sindicatos, mas também estava preocupado com os danos que Primeira Guerra Mundial trouxe a entidades como a CGT na França, dividindo e contrapondo os militantes através de suas respectivas nações de nascimento e assim se tornar “sectária”. Dessa forma, através de sua trajetória, Vasco incluía, como muito importante, a participação e a experiência dos organismos sindicais também das regiões do Atlântico Sul, em um espectro anti-imperialista e contrário aos conflitos nacionais, atitude que também refletia as fortes ligações de continuidade organizativa, de forma prática tanto para sua família política quanto para o desenvolvimento dos movimentos trabalhistas em âmbito global.

Com certeza, com o início dos conflitos mundiais, essa atitude não foi isolada. Mostraremos adiante que foi a partir da segunda metade do século XX, mesmo com a queda do fluxo migratório na cidade, que algumas experiências se fortaleceram na tentativa de mediação entre o internacionalismo político e as redes militantes locais. Nesse sentido, estratégias unificadoras ou aglutinadoras, de caráter social ou iniciativas de núcleos políticos fixos, foram fortemente solidificadas, deixando fortes traços na cultura militante e política anarquista na cidade.

Reorganização sindical, novas táticas e o início de uma organização política anarquista entre a Primeira Guerra Mundial e o movimento operário local.

No início da segunda década do século XX é possível perceber ainda uma forte tendência política e sindical na cidade de São Paulo, incluindo a participação por parte dos anarquistas nesses espaços. Impulsionados por uma tradição existente desde o início do século, com ascensões e quedas em suas redes ativistas, mas agregando experiências do sindicalismo e das greves, os militantes libertários intensificaram sua propaganda nos centros associativos dos trabalhadores, tentando tornar evidentes as contradições do capitalismo industrial e as formas de atuação da política institucional brasileira, sobre suas avaliações particulares (OLIVEIRA, 2009, p.55-90).

Entre os anos de 1911 até 1913, algumas greves no setor de construções eclodiram, acompanhadas de iniciativas reivindicativas também em outras regiões, como em Ribeirão Pires em abril e maio de 1913. Em 1912, em São Paulo, uma paralisação parcial no setor de calçados conseguiu ser ampliada para uma grande mobilização de dez mil trabalhadores onde os militantes tentavam adentrar sob a forma de notícias ou continuando seus esforços de coordenação (BIONDI, 2011, p.284-285).

Para alguns autores, esse comportamento mudaria bastante nos quatro anos posteriores, antes das intensas agitações de 1917. Sheldon Maram defende que o movimento operário sofreu um declínio evidente, resultado da repressão contínua da polícia às manifestações e organizações, juntamente com o constante desemprego que varria os centros industriais, causando instabilidade na vida da população e, por consequência, a dificuldade de sindicalização pelas constantes demissões e mobilidade dos trabalhadores (MARAM, 1979). A mencionada repressão, por sua vez, teve alguns amparos legais em 1907 criadas pelo Congresso, ao visualizar o potencial perigo das agitações para o projeto republicano, sancionadas pelo então presidente Rodrigues Alvez:

o primeiro obrigava os sindicatos a depositarem seus estatutos em cartórios, acompanhados da lista de nomes dos membros da diretoria. Por ele, ficava proibida a participação sindical de estrangeiros que não tivessem, pelo menos, cinco anos de residência no país. O segundo, também conhecido como Lei Adolfo Gordo, regularizava a expulsão dos estrangeiros residentes no Brasil que, por qualquer motivo, comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública (LEAL, 1999, p.52-53).

A partir de 1912, depois da eleição do militar Hermes da Fonseca dois anos antes e de outras articulações políticas dos grupos conservadores, as leis para a permanência de estrangeiros no país também ficaram mais rígidas, assim como o aumento de tentativas de expulsão (OLIVEIRA, 2009, p.224). É difícil saber com precisão os efeitos dessas medidas e leis, já que a primeira, por exemplo, teve poucos efeitos sobre a militância mais assídua, já que a maioria dos principais personagens nesse período já estava no país desde o começo do século. Não obstante, é necessário salientar que em vários momentos atitudes arbitrárias das autoridades policiais eram colocadas em prática empastelando jornais ou entidades sindicais, principalmente quando paralisações e manifestações eram planejadas ou realizadas.

Essas medidas se somaram posteriormente a uma grande crise econômica, decorrente dos efeitos das guerras balcânicas seguidas da Primeira Guerra Mundial, no período de 1913-1916, inflacionando os preços de produtos de necessidade básica que afetou diversas partes do mundo causando severos danos também no mercado de trabalho paulista (MARAM, 1979).

Mesmo com esses fatores, que possivelmente causaram a redução das atividades grevistas e do avanço dos sindicatos de orientação revolucionária, outros indícios evidenciam que essa desaceleração não significa a inércia do movimento militante na cidade, inclusive se levarmos em consideração que as agitações posteriores não podem ser creditadas simplesmente à continuidade das pressões econômica. Para Marcel Van der Linden, as greves e reivindicações evidentemente dependem das condições materiais para serem realizadas, mas também da motivação subjetiva dos personagens que as compõem que vão “recorrer a uma vasta gama de estratégias (LINDEN, 2013, 1979)” e nem sempre dentro dos sindicatos. De fato, como apontado por Maram, houve uma queda da organização sindical exatamente pela forma móvel dos trabalhadores constantemente mudando de locais de emprego e de ofício, reduzindo também seu poder de barganha pelo excedente de força produtiva (MARAM, 1979). Não obstante, uma insegurança estrutural sempre existiu na realidade desses personagens e, portanto, ligar a redução da atividade sindical à suposta apatia do movimento operário no quesito militante não é um exercício totalmente certo, já que esses não cessaram suas atividades mas sim, como veremos, reinterpretaram suas táticas a partir das dificuldades encontradas.

De todo modo, é fato que as reivindicações tinham diminuído em comparação com os anos anteriores. Se nas primeiras décadas do século XX o objetivo de muitos dos anarquistas, bem como de outros grupos, era alcançar uma mínima organização inicial especialmente econômica (sindical) para a reclamação de direitos sociais, o começo da década posterior, com as novas dificuldades e transformações decorrentes dessa, foi um momento de pensar novas articulações e maneiras de mobilização, e talvez por isso, de fato, um período refratário, mas não ineficaz. Por trás da suposta inércia dos movimentos reivindicatórios e da construção de sindicatos, alguns militantes estavam envolvidos nos bastidores dos ambientes trabalhistas, repensando estratégias e táticas.

Nesse caminho apontado, experiência interessante circulou no periódico *A Lanterna*, órgão “anticlerical e de combate” que teve como redatores o advogado e livre pensador Benjamin Mota (SANTOS, 2013). Na primeira publicação do periódico, no dia 7 de março de 1901, *A Lanterna* apresentou a surpreendente tiragem de dez mil exemplares, com a qual prosseguiu aos sábados com quatro páginas e seis colunas. É possível notar que sua primeira fase, de 1901 a 1904, a partir das críticas ao abuso moral e financeiro das autoridades religiosas faziam com que muitos anticlericais em geral, como maçons, espíritas, socialistas e simpatizantes lessem e participassem do periódico. Durante esse período, o periódico em questão foi atraindo progressivamente adeptos variados, aumentando as cópias vendidas e ampliando sua propaganda contra os abusos cometidos pelos

clérigos. Intrigante, em um primeiro olhar, notar que tal jornal também que teve personagens anarquistas de relevo para o movimento e de orientação organizativa como Edgard Leuenroth e Neno Vasco, que se uniram com essa gama variada de leitores e redatores. A participação nesse órgão foi apontada posteriormente como essencial entre os próprios ativistas tanto é que, mais tarde, na criação do periódico *A Plebe*, no calor das manifestações de 1917, os redatores notavam:

A Plebe como facilmente se verifica é uma continuação da *A Lanterna*, ou melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que atendendo a excepcionais exigências do momento gravíssimo, como nova feição hoje ressurgue para desenvolver a sua luta emancipadora em um esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país, como o de toda a terra, a odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências (LEUENROTH, Rumo a revolução social, *A Plebe*, 9/06/1917).

Apesar das diferenças, entre uma empreitada “mais vasta”, que se referia à ação sindical e uma campanha especificamente anticlerical, essa ligação que os militantes faziam entre os dois jornais podem evidenciar uma longa trajetória de associação entre os anarquistas e demais grupos nos espaços operários na cidade e na reformulação, nesse período, de muitas de suas táticas.

É fato que os personagens anarquistas ligados ao jornal *A Lanterna*, aproveitavam o espaço para contra-atacar os principais fundamentos dogmáticos e práticos da Igreja, que consideravam responsável, juntamente com o capitalismo e com o Estado autoritário da Primeira República, pela desigualdade social, fator que possibilitava ideologicamente esse tipo de associação. Todavia, acompanhando essa resposta ao clericalismo, o verdadeiro intuito dos anarquistas *organizacionistas* em torno de *A Lanterna*, estava condensado na trajetória de Edgard Leuenroth, e se referia exatamente a uma rearticulação das táticas sindicalistas. Em 1909, o militante, já membro da FOSP, retoma as publicações do periódico passando a ser o diretor central de *A Lanterna*. Continuando as críticas anteriores, ampliou as notícias de pautas operárias transformando a ação direta e a orientação grevista como principal orientação dessa nova fase. De um lado, continuando algumas posturas, não distanciava os anticlericais em geral da leitura, de outro, aproveitando que *A Lanterna* tinha bom alcance, ampliava sua propaganda política pela causa operária, esperando educar seus leitores, a partir de seus princípios (SANTOS, 2013, p.116-130). Para tal, no jornal *A Lanterna*, Leuenroth e Benjamin Mota, esse último que passava também para as fileiras anarquistas, criaram a coluna “Vida Operária” em 1911, transformada mais tarde em “Mundo Operário”, mesmo título apresentado no jornal *A Plebe* posteriormente. Esta era destinada a discutir e noticiar os problemas envolvendo trabalhadores bem como suas pautas em greves e reivindicações. Tal fato fez com que o

periódico ganhasse mais importância em meio ao operariado.

De 1911 até 1913, mesmo com altos índices da expansão da economia brasileira, jornais de várias tendências e posições sociais denunciavam os graves problemas de moradia e trabalho, no qual *A Lanterna* tinha considerações contundentes. Outra importante ação destinada à causa operária, nessa fase, garantindo também redes com movimentos trabalhistas de outros países, era a coluna “De porta da Europa” assinada por Neno Vasco por correspondência de Portugal. As notícias do movimento operário na Europa chegavam com uma perspectiva revolucionária:

Os grevistas falam francamente em *guerra de trabalho*; e com igual franqueza os diretores da indústria declaram não ceder por uma questão de princípio. Estamos chegados – proclama um deles – a um momento, na história da humanidade como na das nações, em que não é possível continuar no sistema das concessões, mas sim entregarmo-nos à sorte das grandes batalhas (VASCO, Da porta da Europa, *A Lanterna*, 16/09/1911).

Nesse caso, é interessante observar em sua nova fase a gradativa inserção da luta sindicalista do periódico:

E afirmando os seus direitos, como membros uteis e produtivos da sociedade, a uma existência mais equitativa, dirigem um caloroso apelo a toda a classe operaria para que se organize com o fim de defender os seus direitos e conquistar a sociedade onde todos trabalhem para que seja garantida a todos e a cada um dos membros da coletividade humana o necessário à sua existência (LEUENROTH, Vida Operária, *A Lanterna*, 22/08/1914).

Tal coluna foi assinada por sindicatos operários de ofício, pela União de Chapeleiros, pelo Centro Socialista Internacional, pelo jornal *Avanti!*, pelo Centro libertário de São Paulo, Grupo Libertário da Lapa e o periódico anarquista *La propaganda Libertária*. Tal fato é uma clara evidência de que o jornal *A Lanterna*, a partir dessa nova fase, não se resumia à crítica religiosa específica, mas apresentava uma militância operária paulatinamente evidente e com associações de orientações políticas diversas e experientes entre os trabalhadores.

Sua atuação passava das propagandas propriamente ditas para níveis de ativismo prático e incisivos, como podemos observar no Congresso Internacional da Paz em 1915. Esse evento era resultado das ações entre as entidades sindicais e os militantes em torno da COB que, a partir das observações dos acontecimentos internacionais, como o irrompimento da Primeira Guerra Mundial, propuseram também o Congresso Anarquista Sul-Americano. Os dois congressos que se realizaram no Rio de Janeiro faziam clara frente ao avanço dos conflitos mundiais propondo garantir a força sindical para além das fronteiras nacionais. Não obstante, apresentavam diferenças nas suas intenções. Enquanto o segundo congresso citado foi proposto especificamente pelos militantes

anarquistas no interior da confederação, tentando atingir outros núcleos ou grupos de propaganda libertária do continente sul-americano, visando um tipo de programa para a atuação de sua família política no interior dos espaços trabalhistas, o outro tentava garantir a junção com grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) e sindicais (de ofício ou regionais) de várias partes do globo, visando a união das forças de origem proletária para tencionar especialmente as decisões dos estados nacionais no desenrolar da Primeira Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2009, p.210-232).

Nos dois casos, os anarquistas que estiveram presentes tentaram estreitar relações com outros órgãos e militantes, alguns evidentemente conhecidos pela própria experiência transnacional, onde transitaram em países como Argentina, Uruguai, Itália e Portugal. Do mesmo modo, também tentavam barrar a possível desfragmentação do movimento operário almejando uma força específica contra o avanço do militarismo, que, para os libertários, era resultado do próprio funcionamento do capitalismo industrial:

Aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo. A pressão exercida pelos governos das nações beligerantes sobre o governo espanhol, obrigando a este a proibir a reunião, em Ferrol, do Congresso Internacional da Paz, marcado para 30 de abril próximo passado, é uma prova de que os governos da burguesia temem que os proletários do mundo inteiro cheguemos a combinar esforços e, unidos todos, façamos cessar a horrorosa matança [...]. Beligerantes e neutrais, sofreremos as mesmas consequências do atual estado de coisas, - uns dando a sua vida nos campos de batalha, em holocausto ao deus do capital, os outros, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo de fome e de miséria, sem que uns e outros tenhamos um gesto de rebeldia para sublevar-nos contra os causantes de tão monstruoso crime de lesa-humanidade (Comissão organizadora, Congresso Internacional da Paz, 1914).

Na chamada feita pela COB em 1915, para o Congresso Internacional da Paz, percebemos que o evento era percebido como resultado da proibição de outro congresso que aconteceria na Espanha, fato que atesta o laço de continuidade transnacional contido entre os militantes anarquistas presentes, mas também do internacionalismo operário que era fortalecido por meio desses. Do mesmo modo, é possível notar a preocupação em construir ações para impedir o enfraquecimento do movimento operário diante dos acontecimentos.

O grupo em torno do jornal *A Lanterna*, que tinha representantes na própria COB, como é o caso de Edgard Leuenroth, não tardaram em assinar sua adesão e ação prática nesses eventos. As redes dos ativistas garantiram notícias e adesões de outros grupos anarquistas como o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, Centro Feminino Jovens Idealistas de São Paulo, Grupo Anarquista Renovação de Santos, *La Protesta* e *La Rebelion* da Argentina, União Anarquista Comunista de Portugal, Grupo Educacion Anarquista da Espanha e outros nos quais estreitavam relações. Mesmo nível de inserção garantiam também as adesões de entidades sindicais e

trabalhistas do país, entre elas as federações operárias do Rio Grande do Sul e de Alagoas, bem como de diversos sindicatos, incluindo de trabalhadores fora do espaço especificamente fabril como a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas e a União dos Empregadores Barbeiros e Cabeleireiros, que também garantiam seus próprios interesses pela luta material progressiva. As adesões conseguiram ser estendidas de forma internacional entre diversas organizações de caráter econômico ou político como a União de Classe Operários Tecelões e a União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, o Ateneo Sindicalista Ronda e o Grupo de Educacion Anarquista da Espanha, a Confederação de Sindicato Obrero de la Republica Mexicana, a Unione Sindicalista Italiana e o Partido Socialista da Argentina.

Os dois congressos tentavam criar um órgão para garantir essa união de forma estável a partir de uma Confederação Operária Sul-Americana, que não se concretizou nos anos seguintes. Com certeza havia inúmeras dificuldades para esses projetos que visavam um organismo transnacional de ação comum, entre estas os próprios empecilhos empíricos em unir personagens ou associações com nuances em suas performances, tanto ideológicas ou mesmo por disparidade regional, a falta de adesão de demais grupos não fixos e a intensa reação desencadeada pelos aparatos repressivos nos referidos países. Não obstante, para Oliveira (2009), “se a tão esperada Confederação Operária Sul-Americana não se efetuou, por outro lado concretizaram-se uma série de atividades de solidariedade, pelo menos por parte do Brasil e Argentina. (OLIVEIRA, 2009, p.223).” Dessa forma, os laços de continuidade, o intercâmbio e as propostas de solidariedade que acompanhavam notícias sobre a atuação dos grupos eram trazidos para a própria militância local na cidade.

Depois dessas tentativas, o grupo de *A Lanterna*, que acompanhava o desenrolar dos movimentos operários em diversas partes do mundo e observavam os seus próprios dilemas, nos anos posteriores, propuseram o “Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida” tentando agrupar os organismos sindicais e outros grupos militantes inflamando possíveis movimentos reivindicatórios e denunciando as condições de vida da população (*A Lanterna*, 09/06/1912).

Anos depois, o periódico ainda desejava rebuscar os efeitos da COB:

Há, pois, que reanimar, que revivificar a nossa obra. É agora, mais que nunca, se torna necessário intensificar e estender a ação da COB, a COB, sois vós são os vossos sindicatos, as vossas associações. Em vós, todos, portanto, está a potencia capaz de lhe dar o vigor indispensável. E assim que vos dirigimos esta circular, apelando para vossa boa vontade, para o vosso dever sindical, no sentido duma colaboração metódica e energética na vida da COB. Trabalhai dentro da vossa associação, agitai a vossa classe, animai o movimento nessa localidade, e deste modo é que contribuirei eficazmente para o bom andamento dos trabalhos da COB (*Mundo operário. A Lanterna*. 2 de fevereiro de 1915).

O autor estava se referindo à suposta apatia que os movimentos sindicais, bem como os grupos militantes estariam sofrendo na metade da segunda década do século XX, pelas pressões econômicas derivadas dos conflitos mundiais juntamente pela repressão constante dos grupos do aparelho estatal ligados aos detentores da produção industrial. Tentando novamente aglutinar o conjunto dos trabalhadores para lutas primeiramente de caráter econômico, podemos concluir que o tipo de associação sindical que *A Lanterna* se propunha não era o *anarcossindicalismo* ou uma associação explícita como anarquista. A proposta majoritária ainda se referia ao tipo de sindicato que priorizava e julgava mais eficaz a união de diferentes orientações para a construção de uma força operária, como a apresentada na COB, mesmo correndo o risco de ser tragada ou até mesmo constituída de outros projetos políticos.

A visão particular dos anarquistas, desse modo, ao se associarem com o periódico, não estava apenas em garantir sua crítica aos fundamentos religiosos, uma vez que tinham seus próprios jornais para isso. Observando a própria prática dos espaços urbanos e operários, os anarquistas no início da segunda década do século XX estavam repensando estratégias e ocupando lugares em potencial para garantir seu ativismo entre diversos grupos. Nada melhor, nesse intuito, do que um jornal que seria lido por uma ampla rede, estes que estavam familiarizados com tons de crítica e denúncia.

Esse tipo de atuação se mostraria uma faca de dois gumes para os militantes anarquistas. A própria urgência em repensar estratégias e táticas, bem como reerguer os organismos econômicos, fariam com que os anarquistas gastassem novamente todos os seus esforços nessa empreitada, restando pouco espaço para a construção de grupos com princípios internos anteriormente figurados, bem como pregavam Edgard Leuenroth e Neno Vasco que acreditavam no *dualismo organizacional*, como mostrado em suas trajetórias. A prática de propaganda dentro e fora dos sindicatos e a proposta dual como tentada na existência de dois congressos existia, mas sofria um desequilíbrio. As circunstâncias – iniciadas desde o começo do século XX, como evidenciamos - fizeram com que os esforços fossem para a construção e propaganda desses organismos sindicais, sobrando pouco espaço e tempo para o norteio de suas estratégias internas como anarquistas, que eram deixadas apenas em colunas em seus jornais.

Apesar disso, a própria circularidade das estratégias entre os grupos e as redes ativistas anarquistas possibilitou a existência de outras propostas que eram influenciadas pelo mesmo contexto. Nesse ínterim, vinha a iniciativa do grupo de Alessandro Cerchiai, Ângelo Bandoni, Gigi Damiani, para a publicação do jornal *La propaganda Libertaria*, iniciado em 12 de julho de 1913, contendo quatro páginas em suas edições. O jornal teve uma breve experiência de dois anos e sofreu

diversas interrupções e dificuldades de se manter financeiramente, mostrando uma queda evidente de leitores em comparação com outros jornais nos quais o grupo estava envolvido, como o *La Battaglia*.

Como apontando, os personagens ligados ao periódico estavam sendo influenciados pelo contexto de grande repressão econômica e também pelo refluxo do movimento operário no período. De fato, posições da estratégia *antiorganizionista* e das táticas antissindicalistas estavam ainda presentes no grupo, pois para estes

a questão não é saber se o sindicalismo pode ou deve proclamar-se anarquista. [...] A verdadeira questão é saber se eles devem ou não, os anarquistas, castrar--se castrar para os belos olhos de sindicalismo. [...] ninguém nega a razão e a legitimidade da força do movimento operário. O que eu nego e que muitos dos nossos camaradas rejeitam, é que o anarquista deve calar a boca porque um próspero movimento, que não é o seu próprio, declara que se abstenha a priori de considerar a doutrina anarquista, no cumprimento das suas agitações. Eu acho isso: os anarquistas, onde quer que eles vão, devem fazer valer as suas opiniões, exercer a sua proclamação crítica como sua peça ideal, não importando se a palavra é perturbar-lhes o bom desempenho das greves de categoria [...] (DAMIANI. Contro L'equivocazione sindacaiula. *La Propaganda Libertaria*, 5/10/1913. Tradução nossa).

Céticos em relação ao sindicalismo, mas abertos às possíveis críticas e discussões nesses ambientes, o referido grupo, pela própria condição emergente, tentava atuar em diversos organismos e círculos militantes, mesmo que deixando suas considerações contundentes. Em várias empreitadas, como na tentativa da reanimação da COB, era destacada sua atuação e associação com outros grupos como o Centro Socialista Internacional, que tentava reunir os diversos grupos anarquistas, e com os redatores de *A Lanterna*, incentivando movimentos classistas e internacionalistas. Buscando entender os motivos da apatia do movimento operário, reafirmaram sua busca pelos eventos e debates socialistas, sindicais internacionais e locais, no qual começavam a tentar mediar as duas esferas:

Eis a grandiosidade do programa dos revolucionários mexicanos, que, ao fundo, é bem o programa dos anarquistas de todo o mundo! [...] Enquanto dezenas e dezenas de milhares de homens e mulheres põem em prática as ideias que animam a revolução, outras dezenas e dezenas de milhares de pessoas continuam a percorrer todos os cantos do México para propagar e proclamar bem alto os princípios de *Terra e Liberdade para Todos!* (MÁSCULO. A Revolução Mexicana. *La Propaganda Libertaria*, 15/11/1913. p.4. Tradução nossa).

Além de tentar trazer eventos internacionais para a possível mobilização e ação dos militantes e dos trabalhadores na cidade, a propaganda também começou a ser dirigida contra os conflitos nacionais em outros países que, além de ocasionarem grandes danos às classes baixas, para os redatores, “o início das guerras dos estados balcânicos contra a Turquia” marcariam o poder dos

estados nacionais ligados aos detentores dos meios de produção já que esses últimos seriam “acionistas das grandes fábricas de armas e munições, bem como fornecedores dos exércitos e dinheiro.”

Os redatores mostravam os problemas nas regiões balcânicas, evidenciando os abusos dos danos estruturais ou supostamente morais, que os conflitos causavam nas populações. Nesse intuito, ao fazer referência a outros grupos anarquistas e à teoria, assinalam sua posição contrária à guerra e antimilitarista:

Mau grado os hinos patrióticos, os arroubos da eloquência nacionalista, e os entusiasmos cívicos, percebe-se entre a bruma dessa propaganda, aparentemente desinteressada, o fato real e sensível que nos demonstra ser o exército uma instituição ao serviço dos grandes capitalistas, servindo de garantia à exploração e à expropriação por eles exercida de uma forma desenfreada, repelindo, à baioneta e à bala, as reclamações dos explorados. [...] Lutemos titanicamente em prol da vitória da nossa causa, que é a causa da liberdade, da justiça e da civilização (SOARES. O sorteio militar obrigatório. *Guerra Sociale*. 20/11/1916).

Com o avanço dos conflitos mundiais, incluindo a eclosão da Primeira Guerra Mundial, essa postura foi progressivamente levada a cabo, ocasionando a busca de um internacionalismo de intenção federalista contrários, portanto, aos projetos da expansão do capitalismo industrial e do Estado Nacional.

Em 1915, novamente reformulando suas táticas, o grupo lançou um novo jornal intitulado *Guerra Sociale*, ainda contendo quatro páginas e conseguindo, dessa vez, ter regularidade semanal ou quinzenal. Com a direção de Angelo Bandoni, o nome apostava incisivamente na propaganda contra os conflitos internacionais que estavam chamando a atenção dos mais variados grupos sociais. Ao mesmo tempo, assumiam posições que haviam levado desde o início de suas trajetórias, como a preparação para a revolução anticapitalista, contrários igualmente à exploração nas fábricas e aos poderes estatais.

Nesse novo jornal, além da percepção que essa mediação constante era necessária, os militantes interpretaram que uma postura política minimamente definida e explícita com esse caráter entre os grupos ativos anarquistas era também imprescindível:

Somos chamados, pela confiança dos companheiros, para a direção deste jornal, forte pela colaboração infalível de escritores conhecidos por nós, confiando na ajuda de todo o material dos anarquistas conhecidos de São Paulo além dos vários destinos do interior, seguimos determinados a bandeira de 'a Guerra Social' (Agli Anarchici, *Guerra Sociale*, 11/09/ 1915).

Ainda sobre os evidentes efeitos do refluxo do movimento operário, mas tentando mediar

sua propaganda com outros ativistas, o grupo, composto inicialmente também por Gigi Damiani e Florentino de Carvalho, entende, nesse momento, que para além das propagandas e da união operária internacional, era necessário unir também sua própria família política, já que se reportavam especificamente aos anarquistas, buscando um tipo de atuação que garantisse seu caráter especificamente libertário e minimamente condensado nos ambientes trabalhistas e igualmente nas campanhas anti-imperialistas visto que

Os anarquistas residentes de São Paulo e localidades dos Estados vizinhos, considerando o excepcional momento histórico causado pela conflagração Europeia, cujas consequências hão de provocar acontecimentos sociais de ordem econômica e política em todos os países, acontecimentos que devemos e queremos determinar num sentido libertário e revolucionário [...] (Alliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 30/09/1915).

Nessa empreitada, é esse grupo que lança, em 1916, a chamada para a *Alliança Anarquista*, chamada também de *Alliança Anarchista* ou na língua de muitos dos seus ativistas *Alleanza Anarchica*, que tinha como objetivo principal:

[...] a união dos libertários em grupos ou centros de ação e propaganda, e a organização dessas entidades numa vasta federação, com o fim de estreitar relações e tornar possível a nossa ação simultânea, são bastante poderosos para despertar o interesse, provocar a adesão e a atividade de todos os que sintam realmente o ideal libertário e saibam agir de acordo com seus sentimentos e ideias (Alliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 30/09/1915).

O grupo, então, passava de suas considerações propagandísticas e antiorganizadoras para a adesão de táticas fortemente enraizadas na estratégia e na tradição organizacional e de massas do anarquismo e que garantiu uma militância expressiva e incisiva nas manifestações posteriores a 1917.

Do *antiorganizacionismo* à organização política anarquista e a inserção no sindicalismo revolucionário.

Analisando as colunas do periódico *Guerra Sociale*, as maiores influências aos novos debates *organizacionistas* e ao combate contra o imperialismo que os redatores e militantes do grupo estavam usando se referiam majoritariamente ao militante Errico Malatesta, passando também por algumas propostas de Luigi Fabbri. Quando confrontados com o refluxo do movimento operário no contexto da Primeira Guerra Mundial, fato que resultou na busca de debates anarquistas internacionais nos espaços sindicais bem como na maior influência de personagens aderentes das

táticas de organização, uma articulação mais objetiva com sua rede de sociabilidade, se tornou imprescindível para os militantes do periódico, pois era necessário

...reunir numerosos camaradas que se encontravam dispersos por todo o país, vivendo na mais completa apatia por falta de coesão, de relações de solidariedade que deveriam existir perenemente, de maneira ativa e eficaz entre homens que sentem as mesmas aspirações, professam os mesmos princípios e lutam pelo mesmo ideal (Alliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 30/09/1916).

Essa justificava, que se referia à fundação da *Alliança Anarquista*, dessa vez, não tinha como intuito simplesmente conhecer os grupos anarquistas em lugares mais distantes, pois isso já havia sido feito em boa parte da trajetória dos anarquistas, pelo menos nas regiões paulistas. A proposta provinda exatamente da união dos grupos anarquistas, na capital e no interior, que tentavam se alargar de forma nacional, começava gradativamente a apostar na unificação de determinados princípios e estratégias, sob a bandeira do “mesmo ideal” que poderiam ser efetivas no momento:

Os anarquistas residentes no Estado de S.Paulo e localidades dos Estados vizinhos, considerando o excepcional momento histórico causado pela conflagração europeia, cujas consequências hão de provocar acontecimentos sociais de ordem econômica e política, em todos os países, acontecimentos que devemos e queremos determinar num sentido libertário e revolucionário (Alliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 30/09/1916).

Se opondo às táticas individualistas, e buscando meios práticos entre os grupos, ou na palavra dos próprios redatores, “um sentido”, a base de acordo, ainda determinava suas funções:

A Aliança fomentará, por todos os meios ao seu alcance, a propaganda contra as causas fundamentais da conflagração atual e de todos os males sociais que tem como origem o Estado e a propriedade individual, de instituições particulares e públicas [...] A Aliança combaterá a propaganda eleitoral e qualquer partido político estatal, mesmo o que se propunha reformar e, por tanto, consolidar a atual organização política e econômica, ou qualquer outra que se assenta sobre as aberrações nacionalistas e patrióticas. [...] Com relação ao movimento de classe, a Aliança favorecerá o desenvolvimento das organizações econômicas de resistência dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais ou colonos, provocando-as, mesmo, onde não existam, elaborando, para este fim um programa especial, subordinado, porém, a sua intervenção e ação à propaganda integral do anarquismo (A Aliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 14/10/1916).

A *Alliança Anarquista*, portanto, apostava em uma forma dupla de organização. De um lado, visava à luta gradual pela melhoria material dos grupos trabalhistas ou subalternos, adentrando e impulsionando os movimentos destes, desde que dentro do espectro internacionalista e classista e fora da esfera parlamentar ou estatal. E, ao mesmo tempo, defendida a própria organização dos

anarquistas a partir de bases internas, definindo métodos para suas atuações nos respectivos ambientes essencialmente econômicos, transformando esses, ocasionalmente, em instrumentos também de reclamação política, através de insurreições.

Como apresentado, longe de ser uma nova corrente, esse tipo de proposta havia sido defendida por alguns militantes libertários em âmbito global, e possivelmente circulava entre os membros da família política anarquista. O autor Felipe Corrêa defende que muitos princípios do *dualismo organizacional*, ou seja, a intenção que “tem por base comum um regulamento interno e um programa estratégico, os quais estabelecem, respectivamente, seu funcionamento orgânico, suas bases político-ideológicas e programático-estratégicas, forjando um eixo comum para a atuação anarquista (CORRÊA, 2013, p.37)”, estavam presentes desde a atuação da ADS que tinha como participantes Mikail Bakunin, desde fins do século XIX, como mostramos anteriormente. Alguns debates anarquistas dentro da esfera sindical, reformularam ou adaptaram essa estratégia, tal como foi no Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, no qual Errico Malatesta, afirmando que a luta sindicalista por melhorias materiais, embora fosse imprescindível, se isolada, estava fadada ao reformismo e portanto era necessária também a organização “propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação.(MALATESTA, 2000, p.163-164).”

Luigi Fabbri, que foi citado em algumas colunas do periódico, também defendia propostas de organização anarquista. O militante nasceu no ano de 1877 em Ancona, na Itália, mas teve sua ação envolvida no movimento operário em diversas regiões, como na França e Suíça e depois da década de 1920 no continente sul-americano. Nesses, Fabbri participou de eventos e reuniões, muitas vezes de envergadura internacional como o Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907 (RAGO, 2012, p.155-168). O ativista defendia que o vínculo explícito entre o anarquismo e o sindicalismo (*anarcossindicalismo*) não seria eficaz pois levaria à divisão dos interesses da própria classe. No entanto, a ideia de Luigi Fabbri não era abandonar os sindicatos e muito menos isolar-se, mas justamente tornar eficaz a participação dos libertários aos órgãos de resistência trabalhistas e/ou populares. Para tal, longe de realizar essa obra pessoalmente, os anarquistas deveriam criar grupos sólidos, especificamente anarquistas, que norteariam suas funções dentro e fora desses ambientes a fim de criar elementos possivelmente sólidos na intenção de inflamar essas atuações ou mesmo se defenderem quando necessário:

Por organização, entendemos a união dos anarquistas em grupos e a união federal dos grupos entre si, sobre a base de ideias comuns e de um trabalho prático comum a realizar. Tal

organização deixará naturalmente a autonomia dos indivíduos nos grupos e dos grupos na federação, com plena liberdade dos grupos e federações para se formar em segundo as oportunidades e circunstâncias, por ofício, por bairro, por província ou por região, por nacionalidade ou por língua, etc.(...) A organização é um meio de se diferenciar, de se precisar um programa de ideias e de métodos estabelecidos, um tipo de bandeira de reunião para se partir ao combate sabendo-se com quem se pode contar e tendo-se consciência da força que se pode dispor(...) Dizemos, por exemplo, partido anarquista, entendendo simplesmente por isso o conjunto de todos aqueles que combatem pela anarquia. Quando dizemos federação socialista-anarquista, pensamos na união preestabelecida dos indivíduos e grupos aderentes que, em determinada localidade, puserem-se de acordo em torno de um programa de ideias e métodos.(...) (FABBRI, 2013).

Não sabemos, fora as próprias posições do jornal *Guerra Sociale*, se a *Alliança Anarquista* de São Paulo definia seus métodos em conjunto ou como prefigurava maneiras de organizar as estratégias anarquistas, após a adesão dos demais membros.

É possível notar também, nesse sentido, que iniciativas para tais atos não faltavam, pois os ativistas defenderam frequentemente programas de atuação e reunião para debates. Projetos esses que eram transformados em grandes chamadas no qual tentavam sistematizar algumas posturas básicas, tanto para sua família política quanto para população em geral:

A *Alliança Anarquista*, à qual aderiram mais de trinta organizações libertárias e de classe, além de um grande número de companheiros não organizados e que conta com a solidariedade de outros grupos anarquistas existentes nos Estados da Federação Brasileira, faltaria à sua missão se nesta hora angustiosa para todos, em que trágicos acontecimentos se anunciam, esquecesse que é nos momentos históricos que os partidos e os homens de ideias devem, a todo o transe, assumir a responsabilidade dos próprios atos e proclamar sem vacilações, nem tibiezas, o que pensam e os ideais que professam, que defendem e pelos quais se batem. [...] Não sabemos se este manifesto será bem aceito pela maioria do povo brasileiro numa hora de entusiasmo e exasperação, como ignoramos se o nosso gesto irá provocar perseguições e repressões para nós e para os nossos amigos. Mas temos um dever a cumprir e o cumprimos sejam quais for as consequências que este ato de hombridade e de sinceridade nos possa acarretar (A *Alliança Anarquista* ao Povo. *Guerra Sociale*, 1/05/1917).

Diante do fragmento, que revela uma incisiva aposta por partes dos anarquistas em torno do jornal *Guerra Sociale* de disseminarem seu projeto organizador, evidencia igualmente a recepção dos demais grupos libertários, de diversas partes do Brasil, para tal proposta. Os anarquistas confederados à aliança, nesse sentido, teriam a função de encarnar responsabilidades políticas bem como disseminar suas visões de transformação, provavelmente através de seus vetores sociais, em defesa das classes exploradas, principalmente com o alongamento dos conflitos nacionais. Outra questão interessante é que, mais uma vez, o “povo brasileiro” aparecia no periódico, ou seja, uma preocupação em estender uma militância nacional coesa com as particularidades do país estava sendo levada a cabo.

Através ainda das evidências referentes à *Alliança Anarquista*, é possível encarar duas linhas

de investigação historiográficas que atravessam esse período. A primeira diz respeito ao recorte geográfico que a maioria dos autores atribuiu à formação do movimento operário no Brasil. Nesse sentido, a autora Silvia Petersen (1995) destaca que existiu uma valorização das regiões do sudeste, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Essa ligação entre desenvolvimento industrial mais avançado e atividade militante ou mesmo da construção de movimentos trabalhistas ocasionou frequentes generalizações desses casos para o restante do país, além de minarem o desenvolvimento de outras interpretações que visaram outros estados para a compreensão da formação da classe operária e do próprio processo de industrialização (PETERSEN, 1995). De fato, percebemos, pelo menos do ponto de vista da organização ativista libertária, que o movimento sempre estava tentando alargar suas fronteiras e estabelecer contato com militantes de diversas regiões, o que revela não só a presença ativa de grupos dispersos em todo o país, mas também a importância desses para a própria reformulação de suas concepções. Em todo o caso, é importante salientar que muitos estudos estiveram limitados às suas fontes ou mesmo pela bibliografia de referência e, nesse caso, algumas regiões deixaram mais vestígios do que outros, como é o presente caso. E mesmo relativizando, com toda a certeza, a exclusividade do movimento operário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, é impossível negar seu caráter, naquele período, no qual, de fato, atraíam uma grande força de trabalho e conseqüentemente de pessoas e de ideias. Condições obviamente que não eram únicas, mas que deixavam tais cidades como ambientes de articulação, mesmo ocasionais ou restritas, de alguns programas ou de grandes órgãos sindicais, portanto não passíveis de descon siderações ainda nos estudos futuros.

Outra hipótese que deve ser tensionada, essa mais especificamente em relação às pesquisas que se voltaram ao anarquismo, afirma que a própria falência do movimento, no período republicano, foi resultante prioritariamente de suas próprias estratégias. Alex Bonomo, por exemplo, ao tentar analisar as razões que levaram o declínio do movimento libertário nas décadas seguintes, afirma, entre outras considerações, que tal debilidade pode ter provindo de suas supostas concepções e práticas comparadas a outros grupos anarquistas em outros países. Para o autor, os anarquistas no Brasil eram contrários às sistematizações de programas mais amplos que abrangeriam toda a sociedade e “não tinham uma organização política (não eleitoral) própria, que desse resguardo para atividades militantes” (BONOMO, 2007, 414). Para o autor, esse fato também se deveu às suas próprias influências, falhando em desenvolver um anarquismo minimamente organizado fora simplesmente de redes móveis e informais.

Tais afirmações quando confrontadas por diversos casos, como na construção da *Alliança*

Anarquista, podem ser refutadas. Não só programas específicos e outros amplos foram propostos pelos anarquistas, em determinados contextos, como suas atuações estavam ancoradas no próprio desenvolvimento do movimento operário em que viviam. Suas influências e estratégias anarquistas também eram bastante diferentes, mas usavam suas estratégias e táticas, inclusive as de caráter de profunda organização, quando assim o contexto e suas interpretações sobre este exigiam, figurando um tipo de cultura política.

Não objetivamos adentrar as considerações do autor, pois o mesmo elenca inúmeros fatores que foram determinantes para a queda da influência do movimento anarquista após o período da Primeira República, como a intensa repressão, e as dificuldades de criar órgãos de resistência propriamente políticas para além dos sindicatos, que também serviriam em momentos de refluxo, uma demanda existente no seio organizacional do anarquismo. De certo, como já foi demonstrado, realmente houve empecilhos para a implementação de órgãos políticos especificamente anarquistas, mas como vimos, os motivos estavam muito mais ligados às condições da construção do movimento operário, com muitas outras demandas ideológicas e práticas, do que pelas propostas e debates dos militantes libertários.

Nesse caso, o autor Rafael Viana da Silva (2014), que estuda o movimento anarquista após a segunda metade do século XX, argumenta que alguns contextos políticos e econômicos como as transformações do movimento operário dificultaram e enfraqueceram tal ideologia entre a classe operária, mas não foram raras as ocasiões em que os militantes libertários tentaram novos tipos de organização oferecendo e adentrando em eventos de caráter reivindicativo, fatos que podem ter sido obscurecidos por uma análise parcial dessa militância após a década de 1930. Longe de ter desaparecido, como um fenômeno pré-político, o movimento anarquista não só sobreviveu para além do período republicano, como seus debates dentro dos espaços trabalhistas e operários continuaram sendo prioritários em seus objetivos. Nesse intuito, ainda de mobilizar a classe operária e propor formas de transformações sociais, os anarquistas difundiram estratégias cobradas por autores como Bonomo, entre elas as de funções organizativas. E longe de serem propostas novas, sem ligação com a trajetória anarquista anterior, para o autor,

esses anseios estão inscritos numa trajetória militante que, como vimos, pode ser alargada até as primeiras décadas da militância anarquista no Brasil. Esses dilemas não correspondem apenas aos labirintos políticos e sindicais inaugurados pelas modificações na conjuntura nacional e da realidade internacional, mas possuem estreita conexão com uma temporalidade própria da militância anarquista que atravessa as décadas (SILVA, 2014, p.22).

Concordando com o autor, não é possível ignorar totalmente as estratégias e formas de

atuação antigas, para entender as atitudes que compuseram as reformulações da cultura política anarquista, dentro de uma maior duração. Tais projetos e iniciativas talvez tenham continuado a ser minoritários ou foram vencidos por seus adversários ou pelas condições opostas, mas que talvez deixaram rastros e elementos, tanto para o movimento anarquista posterior, quanto para a utilização desses instrumentos pelas classes exploradas, quando estas assim interpretaram necessário.

Todavia, voltando para o caso abordado, um dos argumentos elucidados por Bonomo, como adiantado, parece fazer sentido. Pela sua própria influência anterior, de fato, diversos anos ancorados nas redes móveis de caráter antiorganizador, na prática, a *Alliança Anarquista* realmente tenha ficado somente como um fio condutor para impulsionar certas medidas, incluindo a arrecadação de fundos para o incentivo de reunião e criação de outros grupos, se distanciando, portanto, de outros debates organizadores no período, que defendiam, além dessa medida de aproximação, orientações fixas, ideológicas e táticas, entre os demais membros. Os ativistas em questão, mesmo propondo anteriormente programas, ainda temerosos de qualquer discurso que pudesse soar autoritário, alegavam que esta seria uma organização

[...] em grupos autônomos, ligados por uma simples comissão de correspondência, com o fim essencial de anuar esforços para um trabalho extenso e prático de propaganda e de ação tendente à emancipação econômica, social e moral de cada indivíduo e da humanidade em geral. [...] Os grupos aderentes à Aliança gozarão da mais ampla autonomia, e, se houver uma caixa única, esta será exclusivamente para auxiliar os perseguidos por questões sociais (Aliança Anarquista. *Guerra Sociale*, 30/09/1916).

Assim, os próprios discursos em torno da *Alliança Anarquista* se desencontravam, ora defendendo a junção de uma federação anarquista para fins estabelecidos, mas encarando-a, por vezes, apenas como uma simples comissão. Além disso, nas suas resoluções aparecem apenas as bases de acordo iniciais bem como notícias dos grupos que foram aderidos ao projeto. De toda maneira, sabemos que a proposta, pelo menos personificava a junção do grupo com o movimento operário e anarquista no país, de forma verossímil às suas respectivas diversas nuances, fato que pode ser comprovado com a própria organização dos seus principais membros:

A Comissão de correspondência é resultado da composição dos seguintes companheiros [...]: Rafael Esteve, Joaquim Santos e Silva, Roberto Feijó, Lucas Masculo, Galileo Sanchez, Gigi Damiani. O secretário da comissão [...] assim estabelece: para a correspondência em língua portuguesa: Roberto Feijó; para a correspondência em língua espanhola: Galileo Sanchez; para a correspondência em língua italiana: Gigi Damiani (Alleanza Anarchica. *Guerra Sociale*, 14/10/1916).

Nos meses finais de 1916, tanto a *Alliança Anarquista*, quanto o periódico *Guerra Sociale*, estavam alicerçados sobre práticas e objetivos coerentes à organização sindical e militante,

preocupação que passava desde os idiomas falados nos espaços operários, mas também revelava a união estável com militantes assíduos do movimento anarquista, propondo meios de organização nos dois níveis citados (sindical ou trabalhista e especificamente militante). Fatores que resultaram em diversas adesões, que vinham desde o interior de São Paulo pelas cidades de Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto, dos coletivos e apoiadores do estado de Minas Gerais pelas cidades de Guaxupé e Poços de Caldas, do Rio de Janeiro, e das regiões do nordeste como no Belém do Pará (Il Bolletino dell'Alleanza Anarchica. *Guerra Sociale*, 18-30/11/1916).

Essa ampliação de suas articulações, se não desencadeava ainda para o grupo em torno do jornal *Guerra Sociale* um agrupamento especificamente político, ganhava imenso respaldo entre os grupos anarquistas ligados mais pragmaticamente com as associações sindicais bem como o anarquismo de caráter organizador, e que gastavam a maioria dos seus esforços nisso. Um órgão de militância que estava se tornando eficaz em coordenar esforços libertários para uma atuação nacional sobre o espírito internacionalista logo foi aderido pelos militantes de tradição *organizacionista* como Edgard Leuenth e Neno Vasco que o impulsionavam sob o periódico *A Plebe*. Esse último apresentou, pelo seu caráter pode ter expresso, as articulações necessárias para a infiltração da *Alliança Anarquista* nos espaços sindicais em São Paulo no período grevista, uma vez que era essa própria organização, ou os rastros dela, e não o jornal em si, que se articulavam com as organizações essenciais da greve geral de 1917 como o Comitê de Defesa Proletário e as ligas de bairro, também definidas nesse ano (SANTOS, 2015). Paradoxalmente, ainda nesse período, a própria posição de destaque do anarquismo gastando seus esforços para alavancar o próprio movimento operário foi um dos motivos para a diluição do projeto político anarquista que será (re)debatido nas décadas posteriores.

Conclusão.

Com uma análise sistemática do projeto político anarquista nomeado *Alliança Anarquista*, considerando-o como resultado tanto da inserção do anarquismo e suas estratégias na cidade e suas conexões globais, quanto dos condicionamentos econômicos e sociais, foi possível (re)analisar algumas questões do próprio movimento anarquista e do sindicalismo revolucionário deixadas pela bibliografia.

Primeiramente podemos afirmar que as teses que desvinculam o movimento anarquista do próprio desenvolvimento do movimento operário e sindicalismo revolucionário no Brasil na Primeira República se mostram problemáticas uma vez que, na análise de seus projetos políticos e

nos rastros de sua própria prática, o anarquismo se mostrou como um importante catalisador dos anseios da classe trabalhadora, refletido em seu vetor social (sindicalismo revolucionário) e impulsando boa parte das manifestações e movimentos populares da cidade de São Paulo no período analisado. Obviamente não estamos defendendo que toda a classe trabalhadora no período era anarquista e nem que outros projetos políticos, como o socialismo, não foram importantes para a formação política do operariado. Não obstante, não podemos negar a influência dos projetos anarquistas nas reivindicações operárias do período e sua clara inserção no movimento operário. Essa inserção profunda se mostrou uma faca de dois gumes para os militantes anarquistas que tiveram que adiantar sempre seus projetos políticos em detrimento de suas organizações de massa.

Porém, como afirma outras pesquisas, não podemos dizer que não existiu uma influência do *dualismo organizacional* no anarquismo brasileiro. Como vimos, até mesmo nos grupos que apostaram inicialmente na estratégia *antiorganizacionista*, conheciam o debate e mudaram suas posições a partir do contexto da Primeira Guerra Mundial. Mesmo que seu projeto inicial fora possivelmente raso, deixou uma tradição organizativa importante nas greves seguintes e até nos debates anarquistas nas décadas posteriores.

Fontes.

Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp:

- *Guerra Sociale* (1915-1917)
- *A Lanterna* (1909-1914)
- *La Propaganda Libertária* (1913-1914)
- *O Amigo do Povo* (1902-1904)
- *Germinal* (1902-1919)
- *La Battaglia – La Barricata* (1909-1913)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM):

- *A Plebe* (1917-1919)
- Atas e resoluções do Congresso Internacional da Paz – Rio de Janeiro – Confederação Operária Brasileira
- *Guerra Sociale* (1915-1917)

Bibliografia e referências.

Anarquistas no Sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim. São Paulo: Biblioteca Terra Livre; Núcleo de estudos libertários Carlo Aldegheri, 2013.

BIONDI, Luigi. “Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista 'La Battaglia' e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos.” *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas – São Paulo, v. 5, n.8/9, p. 117-147, 1998.

_____. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tese de Laurea defendida junto ao Departamento de História Contemporânea da Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1994. p.70-77.

BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2007

COLOMBO, Eduardo et al (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: Anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Editora Faísca, 2011.

_____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo: EACH, São Paulo, 2012.

_____. “Questões organizativas do anarquismo”. Espaço Livre, vol. 8, num. 15, p.33-48, 2013. 2013.

FABBRI, Luigi. *A Organização Anarquista. Excertos*. São Paulo: Editora Faísca, 2013.

GALLEANI, Luigi. *The end of anarchism?* Cienfuegos Press, Sanday, Orkney, U.K, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEAL, Claudia. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas – São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a*

Revolução Social na Ucrânia. Imáginário/ Tesão – A Casa da Soma/ Nu-Sol, 2001.

MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. São Paulo: Imáginário, 2008.

MARAM, Sheldon. L. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PETERSEN, Silvia Regina. “Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira.” *Anos 90*, Porto Alegre, n.3. p.129-153, 1995.

RAGO, Luiza Margareth. “Luigi e Luce Fabbri: uma ética de liberdade.” *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, Paraíba, n. 36, 2012. p.155-168.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

SAMIS, Alexandre “*Minha pátria é o mundo inteiro*”: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX . Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

_____. “Anarquismo, “Bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário.” In: ADDOR, Carlos; DEMINICIS, Rafael. *História do anarquismo no Brasil (volume dois)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Anticlericalismo e militância sindical: o periódico anarquista *A Lanterna* e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901- 1914)”. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cruz das Almas-Bahia, v. 2, p. 116-130, 2013.

_____. “Derrubando fronteiras: a construção do jornal *A Plebe* e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920)”. *História e Cultura*, Franca-São Paulo, v. 4, p. 122-139, 2015.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.p.22.

SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889- 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Trazemos o novo mundo em nossos corações: os anarquistas e o esforço de construção de uma cultura alternativa em São Paulo na Primeira República.” In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

_____. “Para a união do proletariado: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil na Primeira República.” *Perseu: história, memória e política*. n.10, Ano 7, p.11-32, Dezembro 2013.